

O falar caiçara: subsídios para os estudos sobre a contribuição de línguas indígenas para a formação do português brasileiro

Caiçara-speaking: subsidies for studies on the contribution of indigenous languages to Brazilian Portuguese formation

El hablar *caiçara*: subsidios para estudios sobre la contribución de las lenguas indígenas a la formación del portugués brasileño

Ivana Pereira Ivo

Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil)

ivo.ivana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5180-7483>

RESUMO

O presente trabalho pretende pensar a formação e o desenvolvimento do português falado no Brasil, interpretando dados de fala de uma comunidade caiçara à luz das suas matrizes indígenas constitutivas, procurando identificar dados de inovação linguística e, também, formas conservadas do português antigo. Com o intuito de registrar o falar caiçara, foram feitas entrevistas semiestruturadas, conforme pressupostos da Sociolinguística Variacionista, com 10 adultos, acima de 40 anos, considerando-se as variáveis idade e escolaridade. Os dados foram analisados comparativamente aos de uma pesquisa desenvolvida no sul de Portugal, com uma comunidade rural, e aos dados de uma pesquisa entre caiçaras da Ilha dos Búzios/SP, área pertencente à sub-região que envolve os litorais paulista e sul-fluminense. Como resultado, foram identificados dados de conservação linguística do português antigo e, também, inovações que podem ser interpretadas à luz das teorias do contato.

PALAVRAS-CHAVE: Caiçaras; Sociolinguística; Contato Linguístico; Português do Brasil; Línguas Indígenas

* Sobre a autora ver página 53.



ABSTRACT

The present work intends to think about the formation and development of the Portuguese spoken in Brazil, interpreting speech data from a caiçara community in the light of its constitutive indigenous matrices, seeking to identify linguistic innovation data and also conserved forms of ancient Portuguese. In order to register the caiçara-speaking, semi-structured interviews were carried out, according to the assumptions of the Variationist Sociolinguistics, with 10 adults over 40 years old, considering the age and education variables. The data were analyzed comparatively to a survey carried out in southern Portugal, with a rural community, and to data from a survey among caiçaras from Ilha dos Búzios/ SP, an area belonging to the sub-region that involves the coasts of São Paulo and Rio de Janeiro. As a result, linguistic conservation data from ancient Portuguese were identified, as well as innovations that can be interpreted in the light of contact theories.

KEYWORDS: *Caiçaras; Sociolinguistics; Linguistic Contact; Brazilian Portuguese; Indigenous Languages.*

RESUMEN

El presente trabajo pretende reflexionar sobre la formación y desarrollo del portugués hablado en Brasil, interpretando los datos del habla de una comunidad caiçara a la luz de sus matrices indígenas constitutivas, buscando identificar datos de innovación lingüística y también formas conservadas del portugués antiguo. Para registrar el habla caiçara se realizaron entrevistas semiestructuradas, según los supuestos de la Sociolingüística Variacionista, con 10 adultos, mayores de 40 años, considerando las variables edad y educación. Los datos se compararon con los de una encuesta realizada en el sur de Portugal, con una comunidad rural, y los datos de una encuesta entre caiçaras de Ilha dos Búzios / SP, un área perteneciente a la subregión que involucra las costas de São Paulo y Río de Janeiro. Como resultado, se identificaron datos de conservación lingüística del portugués antiguo, así como innovaciones que pueden interpretarse a la luz de las teorías del contacto.

PALAVRAS-CLAVE: *Caiçaras; Sociolingüística; Contacto lingüístico; Português Brasileiro; Línguas indígenas.*

1 Introdução

As diferenças entre o português falado no Brasil (doravante PB) daquele falado na Europa (doravante PE) têm inspirado diversificadas pesquisas linguísticas, o que fez surgir, ao longo dos anos, diferentes hipóteses e propostas explicativas para o processo de desenvolvimento e formação do PB. Dentre algumas distinções, aspectos fonéticos e fonológicos são, comumente, apontados:

[...] entoação brasileira; a nasalização heterossilábica [port. bras. [kɐ̃.ma] vs. port. eur. [kɐ.ma]; a desfonologização da língua popular de /k/ > /j/; a queda dos /r/, /l/ finais; a neutralização da língua falada de /r/ e /l/ > /R/, por exemplo, em final de sílaba; a

africatização de /t/, /d/ diante de [i] > [tʃ], [dʒ]; a assimilação progressiva na língua falada de [nd] > [n]; a africada [tʃ] para a grafia <ch>: chave [tʃavi]; a quebra generalizada de encontros consonantais (flor > fulô) (DIETRICH e NOLL, 2010, p. 86).

Basso e Gonçalves (2014, p. 296) apontam, também, outros processos, como “a aférese, como em “tá” por “está”, “cê” por “você”, o uso de pronomes “ele” e “ela” como objeto direto, como “você viu ele?”, a repetição da negação, como em “não quero não””.

A formação e desenvolvimento do PB é uma história de contato linguístico e cultural. Segundo Ribeiro ([1995] 2006, p. 29), antes da chegada dos portugueses, a costa atlântica já havia sido percorrida por inúmeras nações indígenas que disputavam os melhores nichos ecológicos, tendo alguns grupos Tupi¹ se instalado como dominadores de grande área, “tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes”.

Rodrigues (1993) estimou que fossem faladas, no período colonial, mais de mil línguas. Embora muitas delas tenham sido extintas, outras foram, mais tarde, agrupadas em diferentes troncos e famílias linguísticas. O Tupi era falado por grupos aparentados e, também, por outras nações espalhadas pela costa: “Todas estas nações [...], ainda que diferentes, e, muitas delas contrárias umas das outras, têm a mesma língua [...]” CARDIM, [1584] 1925, p. 198). Esta foi a língua aprendida pelos colonizadores e, com mais fluência, por seus filhos aqui nascidos:

[...], porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de índios: estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepem e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições; porém do português, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos portugueses cá nascidos a sabem melhor que os portugueses, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente (CARDIM, [1584] 1925, p. 194 e 195).

As diferenças linguísticas entre os grupos Tupi foram apontadas, nas primeiras descrições jesuíticas, como se vê em Anchieta ([1595] 1990, p.24): “Os Tupis de fam Vicente, que fão além dos Tamoyos do Rio de Ianeiro, nuqua

¹ Nesse trabalho, são adotadas as normas da Associação Brasileira de Antropologia que dispensam a flexão de gênero e número nos etnônimos.

pronúncia a última consoante no verbo afirmativo, vt. Pro *Apáb*, dizem, *Apá*, pro *Acém*, & *Apén*, *Acê*, *Apé*, pronunciando o til fômente, por *Aiúr*, *Aiú*².

Nos primeiros anos do Brasil-colônia, essa língua foi chamada de *língua brasílica*, tendo sido, nativizada pelas gerações que nasceram da miscigenação entre portugueses e indígenas. Mais tarde, com mais alterações ocasionadas pelo contato linguístico, passou a ser chamada de língua geral², tendo se tornado instrumento de comunicação dos portugueses, não apenas no convívio social, mas também em aspectos econômicos, como no emprego da mão-de-obra indígena, na extração do pau-brasil e, posteriormente, nas futuras atividades de cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão.

Ribeiro ([1995] 2006), ao refletir sobre a formação do povo brasileiro propôs a formação de uma protocélula étnica neobrasileira, já a partir do século XVI, em suas palavras, distinta tanto dos portugueses quanto dos indígenas, que teria se multiplicado e difundido em diferentes núcleos. Para ele, essas ilhas-Brasil operavam como núcleos aglutinadores e aculturadores dos povos que vieram da África, de Portugal e de outras partes:

Uma copiosa documentação histórica mostra que, em poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas. Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos – primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios – é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genésico da mesma matriz (RIBEIRO, [1995] 2006, p. 244).

Esses núcleos, para o autor, evoluíram para a condição de comunidades-feitorias quando começaram a integrar índios capturados, estruturando-se em torno de um núcleo de mamelucos. “Dessas comunidades se projetaram os grupos constitutivos de todas as áreas socioculturais brasileiras, desde as velhas zonas açucareiras do litoral e os currais de gado do interior [...]” (RIBEIRO, [1995] 2006, p. 245). Conforme sua proposta,

² O termo língua geral envolve situações linguísticas específicas, conforme elucidada Lucchesi (2009, p. 43-44): (i) a koiné empregada na comunicação entre grupos de línguas do tronco tupi da costa brasileira; (ii) a sua versão como língua franca usada no intercurso dos colonizadores portugueses e indígenas; (iii) a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização; e (iv) a versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi — chamados por estes de tapuias, que significa ‘bárbaro’, em tupi. (v) língua franca de base tupi utilizada como língua segunda por tribos de língua não tupi (podendo também nesses casos ocorrer a sua nativização). A expressão língua geral já havia sido utilizada por portugueses e espanhóis para falar de línguas indígenas com grande difusão em algumas áreas. Essa foi uma expressão utilizada pelos europeus, para o Quêchua, no Peru, durante o século XVI e para o Guarani, no início do século XVII, na Província do Paraguai (RODRIGUES, 2002).

européus e africanos que vieram para o Brasil, posteriormente, encontraram a constituição desta protocélula, adaptando-se a ela e incorporando elementos culturais já estabelecidos:

Tal como ocorreu aos brancos, vindos mais tarde a integrar-se na etnia brasileira, os negros, encontrando já constituída aquela protocélula luso-tupi, tiveram de nela aprender a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes tupis incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim (RIBEIRO, [1995] 2006, p. 114).

Para Darcy Ribeiro, pois, as variantes principais da cultura brasileira, representadas pelas culturas crioula, caipira, sertaneja, cabocla e gaúcha, desenvolveram-se a partir dessas protocélulas étnicas, em um processo de adaptação e diferenciação que se estendeu por quatro séculos. A partir da proposta de Ribeiro ([1995] 2006), propomos a análise de variedades dialetais do PB, também, sob essa perspectiva, ou seja, procurando compreender características linguísticas de cada comunidade à luz da sua matriz(es) étnica(s) constitutiva(s), não apenas à luz do desenvolvimento da língua geral, uma vez que outras línguas indígenas continuaram e continuam sendo faladas no Brasil, favorecendo diferentes situações de contato e mestiçagem. Assim, compreendendo a formação do PB no interior dos núcleos propostos por Ribeiro ([1995] 2006), selecionamos para análise, um deles, uma comunidade litorânea, uma comunidade caiçara.

2 As populações caiçaras

Segundo Berta Ribeiro (2013), do modo de vida caipira, teria se desenvolvido a cultura caiçara, encontrada nas comunidades que habitam a faixa costeira, que vivem tipicamente da pesca e da agricultura de subsistência, apresentando em sua constituição muito da cultura indígena:

Do modo de vida arcaico e livre do caipira resta hoje o *caiçara*, ambos os termos, tal como caboclo, de raiz tupi. Geograficamente o caiçara se localiza faixa costeira, os interstícios das grandes cidades ou em pontos segregados no litoral, “áreas de desertão” não atingidas ou já abandonadas pelas frentes pioneiras da grande lavoura (G. Mussolini, 1980: 219-220). O gênero de vida do caiçara tem muito de indígena, algo de português e nada de africano (*idem*: 230). Combina a agricultura de subsistência, baseada na mandioca, com a pesca (RIBEIRO, 2013, p. 114).

Estudiosos discutem a formação das comunidades caiçaras, considerando-se o processo de ocupação do litoral brasileiro e os ciclos econômicos vivenciados nessas regiões, assumindo-se, sobretudo, a constituição dessas comunidades como resultado da miscigenação entre europeus e ameríndios, ainda que, em alguns casos, tenha havido uma participação africana em menor ou maior grau:

[...] consideramos como populações tradicionais caiçaras, com cultura singular, aquelas populações provenientes da miscigenação do branco europeu com ameríndios, recebendo também alguma influência do negro africano aqui trazido para o exercício de mão de obra escrava; estabelecidas em porções litorâneas do sudeste brasileiro, tendo ali desenvolvido seu modo de vida, cultura e territorialidades características, com percepção e apreensão da realidade de modo singular, fazendo proveito da mata atlântica, do mar e dos ecossistemas associados de maneira condizente com a sua cultura, tendo noção própria do tempo e do meio, surgidas e consolidadas de maneira parcialmente isolada dos centros urbanos e das sociedades modernas, e que se reconhecem enquanto caiçaras (CAMARGO, 2013, p. 16).

Wiikmann (1983), em seu estudo sobre o falar caiçara da Ilha dos Búzios/SP, área pertencente à sub-região que envolve o litoral paulista e o sul-fluminense, discutiu a constituição caiçara a partir do cruzamento entre tamoios, franceses, portugueses e negros. Embora assuma a dificuldade em precisar as contribuições de cada grupo étnico, a autora compreende que tenha havido uma maior contribuição dos portugueses:

Este povo, resultado do cruzamento entre tamoios, franceses, portugueses, negros, que surgiu no litoral quase junto com o descobrimento do Brasil, tem características bem definidas [...]. É difícil estabelecer qual a contribuição de sua etnia. Entretanto, seja racial e mesmo culturalmente falando, a maior parece ser a de portugueses. Os negros que, em 1835, correspondiam a 37,6 por cento da população e hoje não chegam a 8 por cento, deixaram, contudo, profundas marcas na cultura caiçara (WIIKMAN, 1983, p. 8 e 9).

Ainda que considere a contribuição portuguesa maior, a pesquisadora reconhece a manutenção de práticas típicas dos povos tupi:

[...] a cultura da mandioca é herança dos indígenas e continuou sendo praticada pelos portugueses, fazendo parte de nossa tradição agrícola de norte a sul e de uma maneira especial desempenhando um papel importante na cultura e na vida dos Búzios, a começar pela preparação e plantação do produto, passando pela manufatura da farinha e

estendendo-se à utilização da mesma na alimentação básica do povo. O interessante é que todas essas atividades são ainda hoje realizadas de forma parecida com a cultura Tupinambá do século XVI (WIIKMANN, 1983, p. 33).

Paraty, no litoral do extremo sul do Rio de Janeiro, tem um grande número de comunidades caiçaras, dentre elas, a comunidade caiçara de Paraty-Mirim. O município pertencia à antiga região da baía da Ilha Grande, atual Angra dos Reis, descoberta, em 1502, por Gonçalo Coelho. A região foi povoada por portugueses, por volta de 1530, quando Martim Afonso de Souza veio ao Brasil com a tríplice missão: combater os franceses, encontrar o caminho para as Minas de Potosi e iniciar o povoamento do litoral. Após derrubar três naus francesas carregadas de pau-brasil, teria se dirigido ao Rio da Prata e fundado a primeira vila da América portuguesa, a vila de São Vicente, no litoral paulista, onde teria distribuído porções de terras para que alguns viajantes passassem a habitar o território. Esses moradores, segundo Mello (2009), foram se espalhando pelo litoral, na direção norte e sul, criando pequenos povoados, como a atual Paraty.

A região de Paraty foi muito visitada pelos franceses, que comercializavam pau-brasil e animais exóticos. Ali esteve Hans Staden, cronista e aventureiro alemão, que ficou prisioneiro dos Tamoio, na aldeia do chefe Chunhambebe, o Padre José de Anchieta, cuja passagem teria inspirado o nome de uma enseada da região, o Pouso da Cajaíba, onde o jesuíta teria dormido em 1563, quando viajava como refém dos Tamoios para a região de Ubatuba/SP.

A cidade de Paraty participou, ao longo dos anos, de diversas dinâmicas econômicas, como a agricultura, a produção da aguardente da cana-de-açúcar, as atividades portuárias e a conseqüente entrada de escravos: “A vila tinha crescido, cultivou-se mais a terra, aumentou o movimento do porto, do comércio, do transporte de mercadorias e escravos” (SOUZA, 1994, p. 37 apud Vasconcellos 2016, p. 102). O porto de Paraty, mais tarde, passou a ser o local de embarque do ouro e de pedras preciosas para a cidade do Rio de Janeiro, de onde seguiam para Lisboa. Além disso, houve grande movimentação em torno da produção da aguardente que era embarcada para a Europa.³

Segundo Mello (2009), a contribuição dos escravos na construção de Paraty teria se dado, principalmente nos séculos XVIII e XIX, com a chegada das nações Angola, Bengela, Cabinda, Camondongo, Congo, Guiné, Moçambique e Rebolo. Ainda hoje, muito se vê do trabalho escravo dos

³ Segundo Mello (2009, p. 12), os ciclos econômicos do município de Paraty podem ser definidos da seguinte maneira: Ciclo Portuário (1600-1880), Ciclo do Ouro (1700 – 1750), Ciclo da Cana-de-Açúcar (1700-1900), Ciclo do Café (1800-1900), Ciclo do Turismo (1960 em diante).

africanos na cidade de Paraty, além da presença das comunidades quilombolas da região:

A mão-de-obra escrava esteve também presente nos trabalhos de carga e descarga do cais do porto, nas tropas serra acima, no calçamento, conserto e manutenção das ruas, caminhos e estradas, na construção das casas residenciais, prédios públicos e das igrejas (MELLO, 2009, p. 24).

Interessa-nos considerar, no entanto, a constituição inicial da cidade de Paraty a partir do povoamento português e o seu encontro com a matriz indígena, a gênese caiçara da região.

Paraty origina-se de um povoamento português junto a uma aldeia dos índios guaianá, por volta do final do século XVII. Sua população é conhecida genericamente como caiçara [...] fruto da miscigenação de índios e brancos à qual se agregaram depois a raça e a cultura dos negros africanos (MELLO, 2009, p. 12).

Na região, havia grupos Guaianá⁴, Carijó e Tamoio: “Já fica dito como os tamoios são fronteiros de outro gentio, que se chamam os Guaianases, os quais têm sua demarcação ao longo da costa por Angra dos Reis, e daí até o rio de Cananéia, onde ficam vizinhando com outra casta de gentios, que se chama os carijós” (SOUSA ([1587] 2010, p. 111). Cardim ([1584] 2009, p. 2004) menciona os *Tamuya* ou Tamoio como moradores do Rio de Janeiro, e inimigos dos portugueses, assim como Sousa ([1587] 1971, 55-62), que os identifica como parentes dos Tupinambá e falantes da mesma língua: “[...] são parentes dos Tupinambá, cuja fala se parece muito uma com a outra, mesma vida e costumes”. Freire e Malheiros (2010, p.7), igualmente, falam a respeito da presença dos Tamoio nas zonas de lagunas e enseadas do litoral, do Cabo Frio até Angra dos Reis: “1. Tupinambá ou Tamoyo, habitantes das zonas de lagunas e enseadas do litoral, do Cabo Frio até Angra dos Reis”, assim como Gabriel Soares de Sousa, que explica que os Tamoio eram senhores da costa que se estendia do Rio de Janeiro até Angra dos Reis, sendo depois lançados para o sertão, como decorrência das pressões colonizadoras.

⁴ Sobre os Guaianá, acredita-se ter havido uma “tupinização” nesse grupo, resultado do contato linguístico, o que fez com que tivessem passado a falar o Tupi e a adotar os costumes do grupo principal da costa brasileira: “Resta, porém, o problema dos Guaianá, que habitavam partes consideráveis do litoral e da região de Serra-acima, inclusive o local da aldeia de Piratininga. Se eram Tupi, ou Kaingáng, não saberíamos decidir: o que não padece dúvida, porém, é que, a ser verdadeira a segunda hipótese, eram índios tupinizados, na língua, nos costumes e nas alianças”. (CÂNDIDO, 1956, p. 4).

Estes tamoios, ao tempo que os portugueses descobriram esta província do Brasil, senhoreavam a costa dele desde o rio do cabo de São Tomé até a Angra dos Reis; do qual limite foram lançados para o sertão, onde agora vivem (SOUSA, ([1587] 2010, p. 105).

A comunidade caiçara de Paraty-Mirim vive da agricultura de subsistência e da pesca, predominantemente. Planta-se, na região, feijão, cana-de-açúcar, milho, banana, laranja e outros alimentos. O cultivo da mandioca foi uma atividade muito mais intensa no passado, bem como a produção da farinha em grande proporção. Ainda hoje são localizadas casas de farinha em algumas residências. Trata-se de uma comunidade com características próprias, um povo conhecedor do mar, que se orienta pelos ventos para o desenvolvimento de suas atividades pesqueiras, que come praticamente todos os dias o chamado “Azul Marinho”, peixe cozido com banana verde, e que conta, em versos, seus *causos*, cantando com lindas rimas, a sua ciranda.

3 Metodologia

Metodologicamente, com o intuito de registrar o falar caiçara, propriamente o vernáculo – estilo de fala produzido com menor atenção e monitoramento, geralmente encontrado em estilos de fala mais informais – foram elaboradas e aplicadas entrevistas semiestruturadas com alguns caiçaras de Paraty-Mirim⁵. As seções de gravação, autorizadas pelos participantes, foram conduzidas de modo mais informal possível, a fim de que as conversas seguissem um curso mais natural, como um bate-papo, o que me foi possível por ter convivido com aquela comunidade por mais de oito anos⁶.

Foram selecionados 10 caiçaras adultos, acima de 40 anos, 06 homens e 04 mulheres, sem escolaridade ou que tivessem cursado, no máximo, até a quarta série do ensino fundamental, e que não apresentassem quaisquer dificuldades fonoarticulatórias. Esse perfil tinha como objetivo conseguir um retrato mais fiel do dialeto conservador da comunidade. Para obter um maior grau possível de informalidade, foram elencados assuntos do dia a dia dos

⁵ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp - Campus Campinas, recebendo parecer CEP nº 1.338.407, sob CAAE: 50717015.1.0000.5404 e autorizada pelos participantes, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁶ A obtenção de dados linguísticos assim, não constitui uma tarefa simples, uma vez que o pesquisador, não participante daquela comunidade, pode receber, em uma situação de entrevista, por exemplo, uma amostra monitorada e com certo grau de artificialidade. É nesse sentido que Labov ([1972] 2008, p. 244-245) discute o *paradoxo do observador*, indagando como é possível ao pesquisador observar sistematicamente dados de fala espontânea, em uma comunidade, obtendo dados utilizados exatamente quando os falantes se sentem observados. Um dos caminhos, segundo ele, seria romper com os constrangimentos e graus de formalidades, naturais de uma situação de entrevista, com procedimentos que desviem a atenção do falante, e que favoreçam o aparecimento do vernáculo, onde é possível achar variação linguística.

caçaras, como pesca, agricultura, saúde, lazer, histórias locais (contos e casos); alimentação, ciclo de vida e outros temas que surgiram espontaneamente nas entrevistas. As gravações duraram em média 50 minutos e foram feitas nas casas deles, ou próximo à praia, para que mantivessem a maior naturalidade possível no falar.

Pela proximidade geográfica e possível similaridade entre as duas comunidades, lançamos mão da pesquisa de Wiikmann (1983), para fins comparativos. Outro trabalho que utilizamos na análise foi a pesquisa de Cruz (1991), que estudou o falar de uma comunidade no sul de Portugal, a comunidade de Odeleite, verificando características de um falar rural do PE.

Compreendendo a complexidade da temática, o que esse trabalho procurou fazer foi apresentar algumas características do falar de uma comunidade caçara, que ainda vive relativo isolamento da vida urbana, com o intuito de identificar, nos dados de fala, características de conservação linguística da matriz europeia e/ou de inovação resultante do contato linguístico. Dentre os dados de fala analisados, alguns podem ser interpretados como dados de conservação linguística e outros, como inovações – características não verificadas no português europeu.

4 Dados de conservação linguística

A seguir, alguns dados interpretados como inovação linguística:

4.1 Metátese e rotacismo

Foram observados, além de casos de metátese envolvendo /r/: [pɾɛgũn'ta] 'perguntar', [pɾɛgũn'tandũ] 'perguntando', [trɔ'mẽtɐ] 'tormenta', [pɛr'kurɐ] 'procura', [dɾo'mẽsiɐ] 'dormência', processos de rotacismo: [pɾãntasã] 'plantação', [pɾãn'ta] 'plantar', ['grɔrjɐ] 'glória'. Segundo Santos (2005), este é um fenômeno também verificado na formação das línguas neolatinas, demonstrando, assim, que os falares rurais podem ter conservado a regra:

[...] É também um fenômeno presente na formação das línguas neolatinas e pode ser tratado como uma conservação linguística. [...] No curso histórico do latim ao português, são inúmeros os exemplos de alternância entre -l e -r: *flaccu* > *fraco*; *flauta* > *frauta* (port. Arc.) > *flauta*; *gloria* > *grória* (port. Arc.) > *glória*. De acordo com Coutinho (1976: 118), os grupos consonantais iniciais latinos conservam-se, em português, quando a líquida é -r, modificando-se quando é -l. Mais uma vez, a fala rural pode ter conservado a regra (SANTOS, 2005, p. 60).

Neto e Santiago-Almeida (2010, p.130 – 131) também registraram o fenômeno do rotacismo na variedade cuiabana, que pode acontecer, segundo os autores, com os grupos consonantais: “/bl/: [asẽmbrejɐ] <assembleia>, /kl/: [krubi] <clube>, /gl/: [grɛbɐ] <gleba>, e /pl/: [duprɐ] <dupla>”. Considerando dados de documentos manuscritos do século XVIII e da literatura da história da língua portuguesa, os pesquisadores destacam um exemplo grafado de rotacismo: “*balças* ao lado de *barças*”, e apresentam alguns argumentos da literatura que apontam para o fenômeno como resultado de uma influência românica e mesmo uma evolução normal dos grupos de /l/ do latim para o português:

[...], a passagem de [l] a [r] no grupo formado por consoante + /l/ é destacada por Huber (1986) [1933]:143). Da mesma forma, Penha (1970:33) confere que esse é um fenômeno do português antigo que se repete em falares interioranos do Brasil, em especial do português caipira descrito por Amaral (1976 [1920]:52), Cunha (1986:211) lembra que o rotacismo apresenta uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de /l/ do latim para o português, tais como as formas arcaicas *cruro*, de *claru*, e *fror*, de *flore* (NETO e SANTIAGO-ALMEIDA, 2010, p. 131).

Assim, os autores argumentam que o fenômeno não pode ser tomado como influência exclusiva do contato entre o português e as línguas indígenas brasileiras, “que, no máximo, somando-se a outras variáveis sociais, poderiam ter contribuído para que esse fenômeno panromânico tenha prevalecido com maior ou menor intensidade numa e noutra região do Brasil” (NETO e SANTIAGO-ALMEIDA, 2010, p. 131).

Cruz (1991, p. 82), em sua descrição do falar de Odeleite, apresenta dois dados de troca envolvendo /l/ e /r/, como “[nu'vradu] *nublado*, [nəvri'nar] *neblinar*”, segundo ela, “fenômeno que se explica pela instabilidade articulatória das líquidas”. Além desses dois dados, que envolvem, também, a troca de /b/ por /v/, a autora apresenta o dado [ʔalmaʃ] *armas*, em suas palavras, “exemplo esporádico registrado numa cantiga”.

Dietrich e Noll (2010, p. 87) discutem a neutralização de /r/ e /l/, muitas vezes atribuída ao contato entre a língua portuguesa e o tupi, explicando que uma vez que o tupi não conhece o fonema /l/, a substituição por [r] seria uma consequência natural, “não fosse o fato de um grupo consonantal com [l] não corresponder à estrutura fonológica do tupi”.

4.2 Epêntese do glide palatal [j]

Foi observado um processo de epêntese do glide palatal [j], com a queda, ou assimilação total da fricativa alveolar não vozeada [s], em todos os participantes, no final de sílabas iniciais e finais:

[uj.ˈʃa]‘os chás’[ej.ˈdojs]‘eles dois’
 [aj.ˈvejs]‘às vezes’[aj.nɔˈvẽnɐ]‘as novenas’
 [aj.ladaˈiɐ]‘as ladainhas’[aj.ˈʒakɐ]‘as jacas’
 [nuj.ɐrmaˈzẽj] ‘nos armazéns’[doj] ‘dois’
 [trej]‘três’[dua.ˈvej]‘duas vezes’
 [aj.ˈduɐ]‘as duas’[maj]‘mais’
 [kwa.ˌtɾu.ˈmej] ‘quatro meses’[o.tɾɐ.ˈvej]‘outra vez’
 [ɛ.ˌsaj.ˈduɐ] ‘essas duas’[nũ.ka.ˈmaj]‘nunca mais’

O mesmo processo foi identificado nas “Narrativas Rimadas” e em “Outras Cantigas” que Cruz (1991), o que poderia sugerir ser esse um dado de conservação de formas dialetais portuguesas:

O zurzal e a andorinha
 E a mérula é toda negrinha
 E o pavã tem um vestido
Mai bonito nã vi nada
 (CRUZ, 1991, p. 222).
 Ele – Dês te salve, cantadêra
 Que te cubra de benção.
 E **mai** todas as pessoas,
 Que neste lugar estão,
 E a tudoo quanto pertence
 à hômana geração;
 (CRUZ, 1991, p. 238 e 239) (grifos meus).

4.3 Uso de preposições

Ainda que em poucos dados, foi verificado o uso da preposição “a” em lugar da preposição “para”, expressando finalidade e propósito: “Ele saía **a** trabalhar, Eu saí **a** trabalhar e lá fiquei”. Cruz (1991, p. 176) apresenta a ocorrência desses dados em sua pesquisa:

O falar de Odeleite emprega com muita frequência preposições, mesmo quando a linguagem normal as dispensa: a: << ... qui a gente vai **a** pôr

no forno...>>, << conform' o dono quer mandar a fazer>> , <<...se calha a nã si entenderem...>>. (grifos meus).

Embora não tenhamos observado um uso frequente dessa forma em nossos dados, os poucos resultados obtidos apontam para mais um possível dado de conservação linguística do português antigo.

5 Dados de inovação linguística

A seguir, alguns dados que podem ser interpretados como inovação linguística.

5.1 Simplificação de grupos consonantais

Em nossos dados, foi observada a queda de /r/ e /l/ em grupos consonantais complexos: [gi¹tavɐ] ‘gritava’, [pãnta¹sãw̃] ‘plantação’; [pe¹firɔ] ‘prefiro’, [sɛ¹tẽbu] ‘setembro’, o que pode nos levar a considerar, mais cuidadosamente, a possibilidade de influência das línguas de base Tupi nesse dialeto, no que diz respeito à simplificação dos grupos consonantais.

O Guarani, da família linguística Tupi-Guarani, também não contrasta grupos consonantais complexos, o que traz consequências diretas para a estrutura silábica da língua, predominantemente CV, que admite a expansão máxima da sílaba para CVC, sendo o C final sempre e apenas uma aproximante (w, j, e ɥ - esse último, em poucos dados). Nos empréstimos lexicais do português, o Guarani simplifica os segmentos complexos. Observe-se a realização da palavra ‘cruz’, que conta com o grupo [kr], como [kufu¹tsu], na qual é inserida uma vogal para a manutenção da estrutura CV.

Leite (2013) apresenta dados da Língua Geral Paulista a partir de documentos como o *Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira*, do Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira (1791-1867), publicado na Revista do Arquivo Municipal da cidade de São Paulo em 1936. Dentre outros dados, o autor elenca dados como: *cabara*’, ‘cabra’ e *curussa*’ ou *curussu*, ‘cruz’, exatamente o mesmo processo feito pelos Guarani.

Barbosa (1956, p. 28), em seu Curso de Tupi Antigo, fala de alguns “grupos de consoantes”, particularmente: *nb*, *mb*, *nd* e *ng*. Observemos mais detidamente a produção desses sons, também presentes na língua Guarani⁷, em distribuição complementar com as nasais plenas [m, n, ɲ, ŋ]:

⁷ A língua Guarani, que nomeia, juntamente com o Tupi Antigo, a família linguística Tupi-Guarani, é falada no Brasil por três parciaisidades: Mbyá, Nhandewa e Kaiowá.

[^mb, ⁿd, ⁿd̥ʒ, ^ŋg] precedem vogais tônicas orais: [^mb]: [mi^h'mbi] 'filho de mulher', [mi^h'mba] 'animal doméstico', [mbara^h'ka] 'violão', [mbe^h'ru] 'mosca'; [ⁿd]: [ãⁿda^h'i] 'abóbora (moranga)', [mãⁿd̥i^h'd̥ʒu] 'algodão', [mãⁿdu^h'vi] 'amendoim', [ɲãⁿ'di] 'banha', [ɲãⁿ'du] 'aranha'; [^ŋg]: [ŋgõ^h'ra] 'chapéu, boné', [ŋgu^h'u] 'o pai dele', [ã^ŋgu^h'd̥ʒa] 'rato';

[m, n, ɲ, ŋ] precedem vogais tônicas nasais: [m]: [mãⁿd̥i^h'd̥ʒu] 'algodão', [mãⁿdu^h'vi] 'amendoim', [mi^h'tã] 'bebê', [komã^h'da] 'feijão', [hẽti^h'mã] 'perna dele'; [n]: [inãⁿ'mbi] 'orelha dele', [kãno^h'ã] 'canoa', [na^h'rã] 'laranja', [ẽ^hnẽ], 'besouro'; [ɲ]: [ɲãⁿ'di] 'banha', [ɲãⁿ'du] 'aranha', [kũ^h'ɲã] 'mulher', [ɲũ^h'ũ], 'grama', [ɲũ^h'ã] 'armadilha' (IVO, 2018, p. 100-104).

Assim, não se trata de grupo consonantais, tais como concebidos na língua portuguesa, mas de uma série de fonemas oclusivos pré-nasalizados, que ocorrem em distribuição complementar com suas homorgânicas nasais.

É importante considerar, ainda, que Barbosa (1956) grafia como “nh”, a nasal palatal “ɲ”. No Guarani, segundo demonstra Ivo (2018, p. 211), [ɲ] alterna com a africada palatal /j/ [d̥ʒ], também em distribuição complementar: [ɲ] ocorre em ambientes orais e [d̥ʒ] em ambientes orais:

/j/	[d̥ʒ]		[ɲ]	
	[d̥ʒate ^h 'wu]	'carrapato'	[ɲãtsi ^h 'ũ]	'pernilongo'
	[d̥ʒu ^h 'ki]	'sal'	[ɲũ ^h 'ũ]	'grama, capim'
	[d̥ʒu ^h 'ʔa]	'amora'	[ɲũ ^h 'ʔã]	'armadilha, cadeia'
	[d̥ʒa ^h 'ku]	'jacutinga' (ave)	[ɲã ⁿ 'du]	'aranha'
	[d̥ʒa ^h 'tsi]	'lua'	[ɲã ⁿ 'di]	'banha, óleo'
	[d̥ʒakar ^h 'u]	'vamos comer'	[ɲãmã ⁿ 'du]	'divindade'
	[tu ^h 'd̥ʒa]	'velho, ancião'	[kũ ^h 'ɲã]	'mulher'

O próprio Barbosa (1956, p. 36) já havia interpretado, para o Tupi Antigo, a permuta envolvendo “i” (grafia comum nas descrições para a africada palatal [d̥ʒ]) e “nh” (grafia comum para a nasal palatal [ɲ]): “i e nh às vezes se permutam. Junto de nasal é preferido nh”. É exatamente o que ocorre contemporaneamente no Guarani.

Assim, a simplificação dos encontros consonantais pode ser analisada à luz da matriz indígena. Naturalmente, essa interpretação demanda um número maior de dados e posteriores comparações a outros dialetos caiçaras, que revelem alguma sistematização.

5.2 Róticos [r] - [ɾ] e a fricativa glotal [h]

Ao discutir as características fonéticas atribuídas ao contato da língua portuguesa com o Tupi, dentre elas, a queda dos /r/ e /l/ finais, Dietrich e Noll (2010), lançando mão da proposta de Naro e Scherre (2007), apontam que também houve perda do /r/ final em dialetos portugueses do Norte, do centro e do Sul do país:

Dado que, no português brasileiro, há também formas aspiradas de /-r/ [-x -h], não se trata exatamente de uma questão de manutenção ou de perda. Ao contrário, existe uma fase intermediária nesta evolução que não concorda com a situação no tupi. Isto se torna mais claro ainda quando se leva em conta que o /r/ final se manteve na língua geral. O tupi, por seu lado, só carece do fonema /l/, o que poderia, quando muito, ter facilitado ainda a queda final da lateral na língua popular (DIETRICH e NOLL, 2010, p. 87).

Quanto à produção dos róticos, foi observado, em nossos dados, um uso variável envolvendo os róticos [ɾ] e [r] e a fricativa glotal não vozeada [h], o que difere dos dados apresentados por Wiikmann (1983, p. 42) que, em sua análise do falar caiçara da Ilha dos Búzios, registrou a ausência do chamado ‘r caipira’ [ɾ]. Em suas palavras: “Os habitantes da Ilha não fazem uso *r* retroflexo”. Abaixo, os ambientes em que ocorreram esses sons:

- (1) Ausência dos róticos [r] e [ɾ] na posição inicial da palavra;
- (2) Produção da fricativa glotal [h] foi observada no início de sílabas tônicas e pré-tônicas: [hãmu] ‘ramo’, [hɔtʃũɐ] ‘rotina’, [hedʒi] ‘rede’, [hã'ko] ‘arrancou’, [mo'hew] ‘morreu’;
- (3) Variação entre [h], [ɾ] e [r] no final de sílabas pré-tônicas, no meio da palavra: [h] – [pah'terɐ] ‘parteira’, [koh'tavɐ], [vɛh'dadʒi] ‘verdade’; [r] – [far'masjɐ] ‘farmácia’, [ir'mãw] ‘irmão’, [amar'gavɐ] ‘amargava’, [ar'tesa'naw] ‘artesanal’, [bar'ku] ‘barco’; [ɾ] – [faɾ'masjɐ] ‘farmácia’, [iɾ'mãw] ‘irmão’, [baɾ'ku] ‘barco’;
- (4) Variação entre [ɾ] e [r] no final de sílabas tônicas, no meio da palavra: [r] – [mo'rɐ] ‘morta’, [kɔ'rɐ] ‘corta’; [ɾ] – [mo'ɾɐ] ‘morta’, [kɔ'ɾɐ] ‘corta’, [bo'ɾɐ] ‘borda’

(5) Uso da fricativa glotal [h] em sílabas finais, alternando com o seu apagamento: [h] – [mah] ‘mar’, Ø – [pe'ga] ‘pegar’, [via'ʒa] ‘viajar’ [hẽ'ma] ‘remar’;

(6) Ocorrência o tepe alveolar [r] na segunda posição do ataque silábico: [pɾatʊ] ‘prato’, [pɾɔsimʊ] ‘próximo’.

Assim, quanto à distribuição dos róticos [ʃ] e [r] e da fricativa glotal [h], as seguintes possibilidades:

Quadro 1. Distribuição dos róticos [ʃ] e [r] e da fricativa glotal [h]

[h]	[h], [ʃ], [r]	[h], Ø	[r]
Início de sílabas tônicas e pré-tônicas.	Final de sílabas tônicas e pré-tônicas, no meio da palavra.	Final de sílabas tônicas e pós-tônicas, no final de palavra.	Segunda posição do ataque silábico

Fonte: elaboração própria

Observa-se que, nos dados analisados, a posição inicial da sílaba é ocupada apenas pela fricativa glotal [h], e o final de sílabas tônicas e pré-tônicas pelos róticos [ʃ] e [r] ou pela fricativa glotal [h], quando no meio da palavra. O final de sílabas tônicas e pós-tônicas, pela fricativa glotal [h], sendo esta, na maioria das vezes, apagada. A supressão do /r/ final no infinitivo dos verbos do PB contemporâneo não é verificada no PE, assim como a realização do [ʃ] caipira.

5.3 Palatalização

Outro fenômeno reconhecido como inovação, pela literatura, é a palatalização das oclusivas alveolares /t/ e /d/, quando precedendo vogais anteriores altas. Abaurre e Pagotto (2013) analisaram esse processo, utilizando dados do Projeto NURC⁸ de cinco capitais brasileiras, demonstrando ser a região geográfica, o fator mais consistente, dentre os grupos analisados. Quanto ao comportamento da variável, os autores concluíram que:

O estudo do comportamento da variável, no seu funcionamento linguístico, confirmou hipóteses já apontadas anteriormente em outros trabalhos: 1. a de que a sonoridade da variável tem influência sobre a aplicação da regra da palatalização [...]; 2. a de que a consoante fricativa [s], que segue a vogal /i/ átona, formando a sequência [tis] ou [dis],

⁸ NURC – Norma Urbana Culta (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife).

ocasiona o acionamento de uma outra regra fonológica que suprime a vogal [i] .inibindo a aplicação da palatalização; 3. a de que o glide [y], em que se transforma a vogal que segue a oclusiva dental em processo de ressilabificação, condiciona mais fortemente a palatalização do que as outras realizações desta vogal; 4. a de que há uma tendência à coocorrência da oclusiva dental palatalizada e da palatalização da consoante fricativa /s/ que a antecede; do mesmo modo, a realização alveolar da consoante fricativa /s/ tente a coocorrer com a realização não palatalizada da consoante oclusiva dental (ABAURRE e PAGOTTO, 2013, p. 229 a 230).

Na variedade por nós analisada foi observada uma variação nesse processo, sendo verificada, num mesmo falante, a palatalização das oclusivas alveolares, a não palatalização e a produção desses sons com aspiração. Esse comportamento linguístico foi verificado em todos os participantes da pesquisa. Foi observada uma palatalização envolvendo as fricativas alveolares [s] e [z] no final da sílaba pré-tônica e após ditongos com a aproximante palatal [j]. Porém, as mesmas consoantes foram realizadas sem palatalização nos mesmos ambientes. É possível que a palatalização das oclusivas e das fricativas não seja algo ainda cristalizado nesse dialeto, por isso, a possibilidade de se encontrar as formas variáveis. Abaixo, alguns processos observados:

- (a)Palatalização das oclusivas alveolares /d/ e /t/ precedendo as vogais altas [e] e [i]: [ˈdʒiɐ] ‘dia’, [dʒifeˈrẽntʃi] ‘diferente’; [ˈhedʒi] ‘rede’;
- (b)Não palatalização das oclusivas alveolares /d/ e /t/ em ambientes análogos: [ˈtardi] ‘tarde’, [pɛrˈdi], [difikuˈdadi] ‘dificuldade’;
- (c)Aspiração das oclusivas alveolares /d/ e /t/: [ˈdʰiɐ] ‘dia’, [ˈtʰiɐ] ‘tia’, [ˈfortʰi] ‘forte’; [paraˈtʰi] ‘Paraty’, [ãnˈtʰigũ] ‘antigo’;
- (d)Palatalização das fricativas alveolares /s/ e /z/ em final de sílaba pré-tônica, diante de alveolar: [koʃˈterɐ] ‘costeira’;
- (e)Não palatalização das fricativas alveolares /s/ e /z/ em final de sílaba pré-tônica: [pɛsˈkavɐ] ‘pescava’, [pɛsˈkaˈdu] ‘pescado’, [ˈkaskɐ] ‘casca’, [isˈkɔɐ] ‘escola’, [hasˈpavɐ] ‘raspava’;
- (f)Palatalização da fricativa alveolar /s/ após ditongos com a aproximante palatal [j]: [trɛʃ] ‘três’;
- (g)Palatalização da fricativa alveolar /z/, sendo precedida pela aproximante palatal [j], provável antecipação articulatória da vogal final [i]: [kwajʒ] ‘quase’.

5.4 Inserção do glide palatal e efeito palatalizante

Além da palatalização apresentada acima, foi verificado, no falar caiçara, outro traço que pode ser interpretado como inovação. Referimo-nos, especificamente, à inserção do glide palatal [j] entre consoantes e vogais. Para Wiikmann (1983, p. 110), essa seria a característica mais marcante do falar da Ilha de Búzios: “a palatalização a que nos referimos se caracteriza por deixar bem clara auditivamente a presença de um glide palatal [j] entre as consoantes e a vogais”.

Poder-se-ia mesmo dizer que o traço de qualidade de voz mais marcante da fala caiçara dos Búzios é a palatalização [...]. A palatalização a que nos referimos acima se caracteriza por deixar bem claro auditivamente a presença das transições palatalizantes, isto é, a presença de um glide palatal [j] entre as consoantes e as vogais (WIICKMANN, 1983, 54 e 56).

Esse processo foi observado em todos os participantes da pesquisa, mas com uso mais acentuado entre os mais idosos. Abaixo, exemplos desse processo em sílabas tônicas e pré-tônicas, entre consoantes e vogais, sendo favorecido, ao que tudo indica, pela presença das vogais anteriores [e] e [ɛ]:

[djew]‘Deus’[‘pjɛskɐ]‘pesca’
 [a‘pjertu]‘aperto’[pjɛs‘kɐdu]‘pescado’
 [‘pjɛrnɐ]‘perna’[trɔ‘mjẽntɐ]‘tormenta’
 [kõ‘vjɛrsɐ]‘conversa’[pjɛs‘kãnu]‘pescando’
 [i‘fjɛnu]‘inferno’[tɛ‘hjẽnu]‘terreno’

A nosso ver, esse processo tem relação com a palatalização nos fonemas /l/ e /n/, observada em dois dados: [bi‘jnɛtu] ‘bisneto’, [‘lẽmbɾu] ‘lembro’, o qual pode ser, também, interpretado como inovação. Neste caso, consideramos que a partir da inserção do glide palatal [j], precedendo [ɛ] e [ẽ], os fonemas /n/ e /l/ sofram um segundo processo de palatalização, o que faz com que sons alveolares sejam articulados como palatais: [n] > [ɲ], [l] > [ʎ].

5.5 Concordância

Foi observada a ausência da marca do plural no nome, ficando este invariável e flexionado o determinante: *os pessoal, duas hora, as sica* da banana, tem *dois filbo* que eu ganhei, *meus pai* tinha, *as coisa* dele, *os índio, os português, as vizinhança*, morreu *os filbo*, tinha *seis filbo*, tem *dois solteiro*, e no verbo, a

concordância com a 3ª pessoa singular: As criança *crestem* tudo, *leva* duas ou *três* hora. Além desses dados, também verificados em outras regiões do Brasil, registrou-se um uso variável na concordância de gênero no interior do sintagma nominal, fato frequentemente apontado em estudos relacionados ao português falado em comunidades afro-brasileiras e em línguas crioulas de base portuguesa:

Na maioria das variedades linguísticas do português do Brasil, a variação concordância de número no SN é bem significativa [...]. Entretanto, a variação na concordância de gênero não é comum entre as variedades rurais do português. Só se registra um nível significativo de variação na concordância de gênero em certas comunidades rurais que passaram por um amplo e profundo contato linguístico em sua história. Nesse sentido, é pertinente a presença dessa variação em materiais provenientes de outras comunidades afro-brasileiras [...] (LUCCHESI, 2009, p. 305).

Em nossos dados, foram observadas as seguintes realizações de concordância de gênero no interior do sintagma:

(1) Concordância marcada no determinante: *as* criança, *meus* irmão.

(2) Realização do substantivo no feminino e do adjetivo no singular masculino: no tempo de *criança* *pequeno*, tinha uma *vida atribulado* [...] depois de *imprensado* [a farinha], *torra* ela, *Que coisa lindo!* *Ganbei sozinho*. Tem *dois filho* que eu *ganbei sozinho* (os dois últimos dados, por uma mulher).

(3) Realização do substantivo no feminino e do adjetivo no singular feminino: *terra firma*, *a terra* é ruína de planta, a terra da Joatinga é uma terra ruína [...], a terra ruína dá, mas não dá aquela *fartura*.

Wiikmann (1983) observou, igualmente, uma não concordância de gênero e número com o sujeito nas posições adjetivas.

Em alguns casos, nas posições adjetivas não se estabelece concordância de gênero e número com o sujeito, mantendo-se os adjetivos no masculino singular e suprimindo-se a indicação de plural do substantivo, se redundante – a pesca é perigoso [...] – Ela saiu sozinho (WIICKMANN, 1983, p. 73).

Lucchesi (2009, p. 301-305) mostra como os crioulos de base portuguesa, falados em Cabo Verde, Guiné-Bissau e nas Ilhas de São Tomé e Príncipe apresentam mudanças que afetaram a morfologia de gênero, com um

padrão semelhante, quase sempre eliminando a flexão. As línguas de base Tupi também não distinguem gênero gramatical, o que já havia sido apontado por (Barbosa 1956)⁹: “*ita*: pedra, *tinga*: branco(a), *itá tinga*: pedra branca, *y*: rio, *pukur*: comprido(a), *y pukur*: rio comprido” (BARBOSA, 1956, p. 47).

O autor explica que, no Tupi, os nomes de animais eram acompanhados pelos termos *s-akûâi-bae* ‘macho’ e *kunhã* ‘fêmea’: *tapira s-akûâi-bae* ‘anta macho’, *tapira kunhã* ‘anta fêmea’ enquanto os nomes de pessoas, eram seguidos pelos termos *apjaba* e *kunhã*: *membyra* ‘filho, filha (ego feminino), *xe membyr*’ *apjaba* ‘meu filho’, *xe membyr*’ *kunhã* ‘minha filha’ (BARBOSA, 1956, p. 43-44)

No Tupi Antigo e no Guarani não há flexão de gênero nos nomes e nem qualquer concordância entre os determinantes e determinados. Desse modo, o português veiculado por falantes que tenham o Guarani como língua materna, poderá apresentar dados sem flexão de gênero, como um processo natural de transferência da língua materna para a segunda língua. As transferências linguísticas em casos assim podem envolver diferentes unidades linguísticas, desde fonológicas a unidades maiores, como a sintaxe. É possível verificar uma variação de gênero em dados de aquisição do português como segunda língua por falantes do Guarani¹⁰: *a casa é bem alto* [...], esse é a *cultura nosso*, a *cantoria nosso* [...], que é a *mandioca verdadeiro* do Guarani [...], essa *fala* do Guarani é muito *complicado* [...].

Compreendemos assim que a ausência de concordância no interior do sintagma no PB pode ser interpretada, também à luz do contato da língua portuguesa com as línguas de base Tupi, especialmente em áreas que tiveram a presença desses grupos em sua gênese.

5.6 Léxico Tupi

Não há novidade em se falar da presença de léxico tupi no português falado no Brasil, sendo esta, para alguns pesquisadores, a única contribuição das línguas indígenas. Durante as entrevistas, foram identificados dois vocábulos de origem tupi, incorporados no dia a dia dos caiçaras de Paraty Mirim, que comprovam, também, a matriz indígena desse falar: *pixé* [pi'ʃɛ] – tipo de fubá preparado do grão do milho duro, torrado e socado no pilão, tomado com café e *Kuí* [ku'i] – termo usado para falar de sobras de alimento. *Pixé* é um termo do Tupi Antigo para falar de algo torrado, chamuscado. “*pixé* chamusco” (Barbosa, 1956, p. 407) e *Kuí*, “Farelo como de pão serrado”, - Cuí, ut, Ibigracui, o mesmo serue¹¹ (sic) a todo o pó, ou q. se pisa ou roça ou por

⁹ Vejam-se também descrições de Anchieta [1595/1990], Ayrosa (1938), Barbosa (1956), Edelweiss (1947 e 1969).

¹⁰ Dados obtidos em pesquisa de campo da autora.

¹¹ Lê-se: serve

algũa (sic) cria se desfaz como pós. Farinha – Uí” (AYROSA, 1938, p. 231), “uí ‘farinha” (BARBOSA, 1956, p. 32).¹²

Há, como se sabe, vários empréstimos lexicais das línguas de base tupi incorporados no português brasileiro, embora muitas vezes não se tenha consciência disso. Um exemplo é o verbo “quarar”, utilizado em algumas regiões brasileiras, com o sentido de ‘expor roupa ao sol para clareá-la’. Para esse vocábulo, há dicionários que propõem a etimologia “corar”, relacionada ao Latim *colorare*, de *color*, “cor”. No entanto, a raiz é Tupi: *kwarasy sol*¹³, que dá origem tanto ao verbo *quarar*, ação de clarear a roupa, quando está é colocada ao sol, quanto ao substantivo *quarador*, para se referir ao local onde se quara a roupa (NAVARRO, 2013, p. 236).

Chama atenção o fato de *kuí* e *pixé* serem vocábulos não reconhecidos facilmente por outros brasileiros, nem mesmo por moradores da cidade de Paraty, conforme verificamos, ou seja, são termos peculiares e exclusivos dos caiçaras, retrato do encontro entre as matrizes indígena e europeia. Durante a nossa pesquisa, ouvimos outros vocábulos de origem tupi, de moradores de outras comunidades caiçaras, mas não os elencamos aqui, por não terem sido coletados junto ao público-alvo desta pesquisa. O que queremos destacar é que esses léxicos confirmam, igualmente, a base da língua tupi no desenvolvimento desse dialeto.

6 Considerações finais

Wiikmann (1983) destaca o fato de os caiçaras buzianos nunca reduzirem a lateral palatal [ʎ] a um iode [j], processo, também, não verificado em nossos dados, o que resultaria em pronúncias como *famiya* (família), *trabay* (trabalho) etc¹⁴, o que mostra que comunidades as caiçaras apresentam

¹² No Guarani-Mbyá: *pixe* [pi^htse] ‘algo assado, torrado ou cozido, tipo de bolo ou farinha torrada’ e [ku^hʔi] ‘pó, farelo, partículas’ (pesquisa de campo da autora).

¹³ No Guarani do Brasil, *Kuaray* [k^wara^hi], para os Mbyá e Nhandeva e *Kuarahy* [k^wara^hhi], para os Kaiowá e Nhandeva (IVO, 2018, p. 202).

¹⁴ Fenômeno comumente atribuído à influência do substrato africano: “Idêntico fenômeno se passa nos dialetos crioulos: cabo-verdiano — *lh...y*: melhor = *meyor* - guineense — *lh...y*: filha = *fya* da ilha de S. Tomé — *lh* transforma-se na semivogal *y*: folha *foya* da ilha do Príncipe — *lh* é sincopado: orelha.....*uriá*. (MENDONÇA, 1973, p. 62), mas que também pode ser interpretado à luz das línguas românicas, ou seja, como uma alteração verificada, também, no romeno, no francês, no espanhol e no italiano: [...] romeno — a antiga consoante *l* molhado reduziu-se no Norte a *y* semivogal: *foais...folia, fiu...filiu, muiere...muliere*; francês — o *l* molhado reduziu-se a *y* no interior ou no fim das palavras pelo desaparecimento do som lateral: *filie, bataillon, travail* => *fye, batayon, travay*. Segundo Bourciez, é esta a transformação mais notável que se deu no francês moderno; espanhol — o *l* molhado está desaparecendo: reduziu-se a *y* no sul da Espanha e excepcionalmente no Norte; o povo de Madri pronuncia *caye* (calle); Italiano — o *l* molhado reduziu-se a *y* primeiro no Norte e tende a desaparecer até na língua de Roma. (MENDONÇA, 1973, p. 62).

fenômenos linguísticos próprios e distintos daqueles costumeiramente descritos como resultantes do contato com línguas africanas. Além disso, a preferência em realizar a lateral palatal [ʎ] como a sequência [j] + [i] pode sugerir a manutenção da estrutura silábica CV, conforme já discutimos acima:

É curioso observar que na fala dos buzianos, contrariamente às expectativas que alguém poderia ter a respeito desse dialeto, verificou-se que eles nunca reduzem a lateral palatal a um simples iode. Pelo contrário, tendem a realizar como lateral palatal sequências de lateral alveolar seguida de [i] que costuma ocorrer em outros dialetos (WIJKIMANN, 1983, p. 52).

Processos como o apagamento de /r/ e /l/ em grupos consonantais complexos como: [gi'tavɐ] 'gritava', [pãnta'sãw] 'plantação'; [pe'firu] 'prefiro', [sɛ'tẽbu] 'setembro', podem ser interpretados à luz do substrato indígena, considerando-se a estrutura silábica consoante + vogal do Tupi, o que poderia, no mínimo, ter favorecido o processo, ainda que não de modo integral na língua.

A ausência de concordância no interior do sintagma nominal, processo muitas vezes associado à influência das línguas de base africana (cf. Lucchesi, 2009, p. 301-305), pode ter uma relação com o substrato indígena tupi, que da mesma forma não distingue gênero e número (cf. Barbosa (1956), Anchieta ([1595/1990]), Ayrosa (1938) e Edelweiss (1947 e 1969)). Ou seja, a ausência de concordância no interior do sintagma nominal não é exclusiva às línguas de base africana, e pode ser interpretada, também, à luz das línguas de base tupi.

É importante considerar que a pesquisa de Wijkmann (1983) foi desenvolvida nos anos 80, quando o grau de isolamento dessas comunidades era ainda maior. Ainda assim, há semelhança em alguns resultados, como a ausência de concordância de gênero no interior do sintagma nominal e o efeito palatalizante como resultado da inserção do glide palatal [j] em posição intervocálica.

Propomos, assim, análises sobre o português falado no Brasil, por área geográfica, nos termos de Ribeiro ([1995] 2006), por protocélulas étnicas neobrasileiras, considerando-se as matrizes constitutivas e, no caso das matrizes indígenas, não apenas à luz do desenvolvimento da chamada língua geral, que é muito generalizante, mas à luz das inúmeras línguas indígenas que continuaram a ser faladas em alguns núcleos, ora em condições de contato, o que acontece até os dias atuais, mas também, em situações de intensa mestiçagem. As reflexões aqui apresentadas, ainda que iniciais, apresentam, como contribuição, a inspiração para futuras pesquisas que, quando comparadas entre si, consigam trazer respostas às perguntas, ainda abertas, sobre a formação e desenvolvimento do português falado no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B.; PAGOTTO, E. G. Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/. In: ABAURRE, M. B. (Org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção fonológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-236.

ALMEIDA, R. H. **O diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UnB, 1997.

ANCHIETA, J.. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição fac-similar. Apresentação: Carlos Drummond; aditamentos: Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Edições Loyola, [1595/1990]. 232 p. (1ª edição: Coimbra 1595).

AYROSA, P. **Vocabulário na Língua Brasileira**. São Paulo: Departamento de Cultura do Município de São Paulo, 1938.

BARBOSA, A. L. **Curso de Tupi Antigo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMARGO, C. P. M. P. **Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ** (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). 2013. 217 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

CÂNDIDO, A. Possíveis raízes indígenas de uma dança popular. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 4, n. 1, p. 1-24, junho, 1956. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acandido-1956-raizes/Candido_1956_Raizes_indigenas_danca_popular.pdf. Acesso em: 10 de julho 2021.

CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. [1584]. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. (Antiga Tobias Barreto), 1925.

CRUZ, M. L. S. **O falar de Odeleite**. 1ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1991.

DIETRICH, W.; NOLL, V. O papel do Tupi na formação do português brasileiro. In: _____. **O Português e o Tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

EDELWEISS, F. G. **Tupis e Guaranis**: estudos de etnonímia e linguística. Publicações do Museu da Bahia, n°7. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde, 1947.

_____. **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis**: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.

FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

IVO, I. P. **Características fonéticas e fonologia do Guarani no Brasil**. 2018. 304 fls. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEITE, F. R. **A Língua Geral Paulista e o Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira**. 2013. 190 fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.41-73.

MELLO, D. **Paraty Estudante**. 2 ed. Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Prefeitura Municipal de Paraty. Angra dos Reis: Gráfica Freitas, 2009.

MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

NARO, A. J., SCHERRE, M. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NETO, S. A. T.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Variedade do português brasileiro na trilha das bandeiras paulistas. O que há de indígena em corpora do projeto Filologia Bandeirante. *In*: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 119-140.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Darci Ribeiro/ Editora UNB, 2013.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995/2006.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, vol. 9, n. 1, 1993, p. 83-103.

_____. **Línguas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 2002.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Desde antes do português brasileiro. **Revista de Letras Norteamericanas**. Estudos Linguísticos, Sinop, v. 6, n. 12, p. 16-30, jul./dez. 2013.

SANTOS, T. F. R. Falares rurais brasileiros. **Revista da UFG**, v. 7, n. 1, p. 58-60, junho. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49115/24115>>. Acesso em: 10 de julho 2021.

SOUSA, G. S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Hedra, 2010.

VASCONCELLOS, M. C. R. Memórias do Cativo: Os Escravos da Família Jordão da Silva Vargas, Litoral Sul-Fluminense, Século XIX. In: CARREIRA, S. S. G; OLIVEIRA, P. C., PESSANHA, A. S (Org). **Memória, Identidade e cultura: ensaios**/Belford Roxo: UNIABEU, 2016.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WIHKMANN, M. R. T. **O falar caiçara da Ilha dos Búzios**. 1983. 149 fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem IEL. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

Recebido em 20 de julho de 2021

Aceito em 30 de setembro de 2021.

Publicado em 30 de novembro de 2021.

SOBRE A AUTORA

Ivana Pereira Ivo é doutora e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; graduada em Letras Modernas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. É professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Estuda transferência fonético/fonológica no aprendizado da língua inglesa por brasileiros, considerando formas de preconceito linguístico no ensino dessa língua. Estuda a língua Guarani falada no Brasil, com trabalhos nas áreas de fonética e fonologia, além de desenvolver pesquisas em educação escolar e revitalização de línguas indígenas.

E-mail: ivo.ivana@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5180-7483>